

# 1 Museus: desafios contemporâneos

## 1.1 Introdução

Ciência, tecnologia e inovação têm sido fatores essenciais no competitivo processo de desenvolvimento de diversas nações. Nos últimos anos, conceitos como integração, globalização e internalização permeiam uma série de mudanças sociais nas quais a interface cultura, ciência, política e educação estão profundamente implicadas. Os indivíduos estão convivendo com crises e conflitos de diferentes naturezas, enfatizando mais e mais a necessidade de um envolvimento na resolução de questões sociocientíficas.

Esse novo contexto configura-se alicerçado na preocupação com a formação de indivíduos preparados para enfrentarem os desafios emergentes no século XXI. Não há dúvidas de que a enorme quantidade de conhecimento científico produzido trouxe, e ainda traz, benefícios para o bem-estar e para a melhoria da vida das pessoas. Entretanto, um certo desconforto se faz presente na sociedade em geral, especialmente sobre algumas das conseqüências na aplicação desse conhecimento em áreas nas quais não há consenso entre os cientistas, como é o caso da clonagem, do clima global e dos alimentos transgênicos. Este aspecto relaciona-se com o aumento da consciência de que, apesar da ciência ter produzido, nos últimos três séculos, boa parte das certezas, também revelou a incapacidade de oferecer diagnóstico seguro para uma série de assuntos. Como forma de caracterizar este cenário, nada melhor do que a imagem do *loop* da montanha russa apontada por Sevcenko (2001): desequilíbrio social, degradação do meio ambiente, insegurança e domínio da tecnologia.

Beck (1997) argumenta que estamos em uma “*sociedade de risco*” e como bem acrescenta Giddens (1997, p.220), riscos esses associados à “*fabricação de incerteza*”, ou seja, “*muitas das incertezas com que nos defrontamos hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano*”. A aparente contradição – avanço científico e tecnológico e fabricação de incerteza – modifica o modo de produção de conhecimento científico até então vigente e coloca em che-

que a confiança depositada no que Giddens (1991, p.35) denominou “*sistemas especialistas*”, definidos como “*sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje*”.

Em campos como a medicina e a agricultura, as decisões e ações dos sistemas especialistas, bem como os resultados de pesquisas são objetos de grande debate popular. A futura relação entre especialistas, ciência e não especialistas não pode mais estar baseada na forma tradicional de dependência nesses sistemas, mas sim pelo reconhecimento mútuo das contribuições que cada lado pode oferecer para que juntos tomem decisões que dizem respeito à sociedade em geral. Cazelli e Franco, (2001, p.151) assinalam que, nesta nova relação entre ciência e sociedade, a expressão “*agir na urgência, decidir na incerteza*” de Perrenoud (1996), torna-se uma imagem adequada para sintetizar processos decisórios em que cidadãos, políticos, gestores públicos ou empresários tomam decisões acerca de questões como a dos alimentos transgênicos e outros temas de grande impacto social.

Além disso, vive-se em um mundo de transformações, em função de uma ordem global que ninguém compreende plenamente, mas cujos efeitos se fazem sentir em várias dimensões da vida cotidiana dos indivíduos. Nas palavras de Giddens (2000, p.21) “*a globalização é política, tecnológica e cultural, tanto quanto econômica*”. Nesta perspectiva, é errôneo pensar que a globalização afeta somente a ordem financeira mundial e diz respeito ao que está afastado e muito distante dos indivíduos. Ao contrário, ela é um fenômeno que influencia aspectos mais íntimos e pessoais, portanto próximos dos indivíduos.

Nesse contexto, o tema associado aos níveis de cultura demandados para a inserção na sociedade contemporânea ganha relevância. Um aspecto que pode favorecer a ampliação e o aperfeiçoamento da cultura é o estreitamento das conexões entre a educação formal e a não formal. Tal constatação não reduz o papel fundamental da escola, mas amplia a responsabilidade do Estado em fornecer meios de aprofundamento do conhecimento, pois não se pode entender o desenvolvimento sem que os indivíduos tenham várias possibilidades e/ou oportunidades de atualizar seu acervo cultural.

O somatório de todos esses pontos, aliado à ampliação da demanda por padrões mais elevados de cultura, tem levado muitos autores a insistir em que a promoção desta seja desenvolvida por uma rede de instâncias culturais. Os museus

enquanto ambientes que possibilitam intensa interação social e experiências afetivas, culturais e cognitivas vêm ocupando lugar de destaque nesta rede (Falk e Dierking, 2000; Heriksen e Froyland, 2000; Hein, 1998; Merriman, 1989; Bourdieu, 1969).

Como os museus irão lidar com a mudança e com a transformação, na medida em que se deparam com profundos desafios culturais, sociais e econômicos? Com certeza os museus deverão definir mais claramente sua função social. Entretanto, face a este desafio, outras questões se colocam. Qual é o papel que os museus terão na produção e distribuição do conhecimento? Que conhecimentos ou perspectivas priorizar? Como os objetos tradicionais destes espaços sobreviverão à imposição dos meios eletrônicos? No centro desta discussão está, sem sombra de dúvida, a dimensão educacional e, mais recentemente, a comunicação. Estas dimensões são inerentes à relação entre o museu e seus muitos diversos públicos.

Ao longo dos anos, tanto a pesquisa como as práticas educacionais e comunicacionais relacionadas às exposições e/ou atividades em museus têm se intensificado, tornando-se cada vez mais um campo de produção de conhecimento. Nesta via, estudos e estratégias têm sido utilizados na tentativa de disponibilizar o conhecimento científico de forma acessível e com qualidade para seus visitantes. O desenvolvimento de novas audiências vem sendo considerado como uma importante estratégia cultural para os museus e tem estimulado uma reflexão constante sobre como melhor promover o acesso físico e o engajamento intelectual de camadas sempre mais amplas da sociedade a estas instituições.

Conhecer o público em suas dimensões, sociais, culturais e individuais são caminhos necessários para o estabelecimento de parâmetros que organizem as atividades museais, nos seus aspectos teóricos e práticos. No entanto, na maioria dos museus brasileiros, os programas para o atendimento dos públicos espontâneos, notadamente famílias, são inexistentes ou muito escassos. As muitas iniciativas permanentes têm se concentrado no público escolar (professores e estudantes). De qualquer forma, para que estas experiências possam ser de fato bem sucedidas e transformadoras são necessários projetos e/ou parcerias que garantam a continuidade das ações direcionadas tanto para dentro como para fora dos museus.

Na XIX Conferência Internacional do Comitê Internacional de Museus (ICOM), realizada no ano de 2001, em Barcelona, um dos focos do debate se concentrou nas questões que se apresentam quando os museus precisam lidar com as mudanças, as transformações e os profundos desafios sociais e econômicos.

As verbas oficiais para as instituições museológicas brasileiras sempre foram escassas. Administrar museus implica, principalmente, capacidade para angariar fundos de instituições públicas e privadas sensíveis às questões museais associadas à pesquisa em torno dos acervos e à diversificação de projetos/programas/atividades para fazer valer “*o binômio cultura-educação, condição sine qua non para que nossos museus assumam de fato uma missão social*” (Pacheco, 2004, p.174).

No que se refere a suporte financeiro, é importante destacar o imenso apoio que a Fundação Vitae<sup>1</sup> vem proporcionando aos museus brasileiros. Durante doze anos, esta associação civil sem fins lucrativos, com projetos nas áreas de cultura, educação e promoção social, vêm patrocinando as instituições museológicas por meio de seu *Programa de Apoio a Museus Brasileiros* (infelizmente, última edição em 2005). Um outro exemplo interessante diz respeito à participação de empresas estatais – Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Petrobrás – no financiamento de projetos referentes à infraestrutura e preservação de coleções dos museus, bibliotecas e arquivos.

Com relação a políticas públicas, cabe ressaltar que a gestão atual do Ministério da Cultura (MinC), por intermédio do Departamento de Museus e Centros Culturais (DMU/IPHAN), finalmente estabeleceu contato com entidades e profissionais envolvidos com o setor museológico para discutir as bases para uma política nacional voltada para os museus brasileiros. Diversas foram as ações, desde a implantação, em maio de 2003, de uma política nacional de museus: a criação do Sistema Brasileiro de Museus, uma rede de articulação e desenvolvimento que incorpora os museus estaduais e municipais; a realização de oficinas de capacitação, em todo o território nacional, nas diversas áreas compreendidas pelo museu; e a instalação de um observatório de museus.

A gestação do *Observatório de Museus* teve início em dezembro de 2003. A coordenação de educação do Museu da Vida (Fiocruz) organizou uma oficina de trabalho que teve como tema central de discussão o projeto de implementação deste observatório. Esta oficina reuniu um grupo de profissionais e pesquisadores

---

<sup>1</sup> Desde sua criação em 1985, realiza projetos próprios e financia projetos de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, dando prioridade àqueles que tenham função catalisadora, efeito multiplicador e perspectivas concretas de continuidade, depois de cessado seu patrocínio. A programação desenvolvida pela Vitae é patrocinada pela Fundação Lampadia, sediada em Liechtenstein/Alemanha.

de museus e da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) interessados nos estudos de públicos de museus, promovendo o intercâmbio e a reflexão sobre a contribuição dos dados estatísticos para a análise do impacto das instituições museológicas na sociedade.

A proposta partiu de experiências precedentes desenvolvidas em instituições no Brasil<sup>2</sup> e em outros países que apontam a importância da implantação de um sistema permanente de coleta, tratamento e compartilhamento de dados sobre os públicos de museus, permitindo o acompanhamento longitudinal das práticas de visita e do perfil sociocultural dos visitantes. Ou seja, elaboração e validação de uma metodologia para a coleta destas informações, pertinentes para a alimentação de uma base de dados que possa ser compartilhada com outras instituições semelhantes, visando análises comparativas.

O intuito é que o *Observatório de Museus* seja um espaço de escuta e de troca, relacionando pesquisadores, profissionais e públicos a partir de um ponto comum: o interesse em discutir, propor e conhecer a oferta e o uso social de museus e a capacidade destas instituições em participar de questões estratégicas para nossa sociedade, como desenvolvimento humano, a democratização do conhecimento e a reflexão sobre o patrimônio cultural (Sepúlveda et al., 2003).

No que tange ao funcionamento, o *Observatório de Museus* é um consórcio, com uma coordenação (Museu da Vida), uma secretaria executiva, um conselho técnico científico e membros parceiros. No transcorrer da Oficina (dezembro de 2003) foi criado um grupo de trabalho com a participação de representantes de diversas instituições museológicas<sup>3</sup>, visando a definição das linhas básicas de atuação.

<sup>2</sup> *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Análise de Comportamento do Visitante de Museu* da AMICOM BR, 1975; *Análise do público na Floresta da Tijuca*, de Teresa Scheiner, 1977-78; *Perfil do visitante do Museu Imperial*, do Museu Imperial, 1984; Relatório final dos trabalhos realizados na 1ª etapa da pesquisa *Comportamento, Atitudes e Motivações do Público do Museu Lasar Segall*, do Museu Lasar Segall, 1981; *Perfil do público do museu do Exército*, trabalho acadêmico feito por Solange Calvano e Luciene Symonowicz na UNIRIO, 1985. In: ALMEIDA, A. M. *Quem visita nossos museus? Pesquisa de público no Brasil* (palestra apresentada na Oficina de trabalho, Observatório de Públicos de Museus, dezembro de 2003). Além destes, é importante mencionar os desenvolvidos sob a coordenação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE): *Perfil de Visitante de Museus*, Relatórios Técnicos, n.1, 1990; *Perfil dos visitantes do Museu Nacional de Belas Artes*, projeto de final de curso de graduação feito por Márcia Marques de Carvalho, 1994; *Perfil socioeconômico dos freqüentadores do Centro Cultural do Banco do Brasil*, projeto de final de curso de graduação feito por Tavares, T. T. e Carvalho, V. C., 1999; *Pesquisa conhecimento do Museu da vida – COMVIDA*, Relatórios de Pesquisa, n.9, 2002.

<sup>3</sup> Compõem o grupo de trabalho desde dezembro de 2003: Museu da Vida (coordenação), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu do Índio, Fundação Casa de Rui Barbosa, Planetário – Museu do Universo e Museu Nacional.

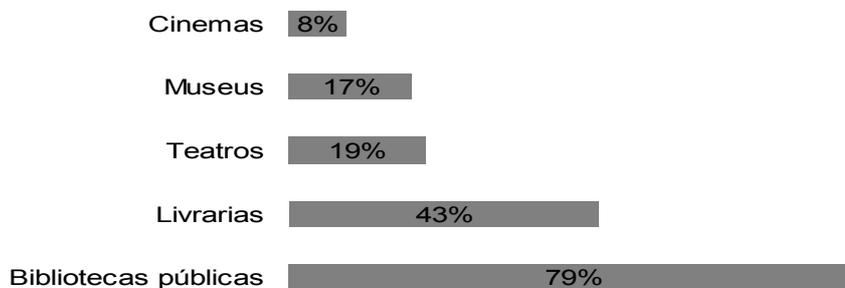
Cabe mencionar que finalmente, no dia 11 de maio de 2005, o atual ministro da cultura Gilberto Gil lançou, com a assinatura de um acordo de cooperação técnica com o Ministério da Saúde, o *Observatório de Museus*. O acordo vai permitir a realização de pesquisas de público<sup>4</sup>, museológicas e de educação, entre outras, para subsidiar a gestão e o planejamento de projetos.

## 1.2

### A distribuição dos equipamentos culturais nos municípios brasileiros

Os dados levantados pela pesquisa *Informações Básicas Municipais* (MUNIC) do IBGE (2001) contribuem para a compreensão de um dos fortes motivos para a baixa taxa de participação em atividades culturais de ocupação do tempo livre. Ao procurar identificar a infra-estrutura cultural dos 5.560 municípios brasileiros, a pesquisa do IBGE investigou 17 equipamentos<sup>5</sup>, apontando sua presença nos municípios e, em alguns casos, indicando sua quantidade. O gráfico 1, abaixo, mostra os dados relativos a apenas cinco tipos de equipamentos culturais.

**Gráfico 1: Distribuição percentual dos municípios brasileiros que possuem equipamentos culturais, segundo o tipo**



Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2001

<sup>4</sup> Cabe informar que participaram do primeiro piloto, junho de 2005, os seguintes museus: Museu da Vida, Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), Museu do Índio, Fundação Casa de Rui Barbosa, Planetário – Museu do Universo, Museu Nacional, Museu Imperial de Petrópolis, Museu do Primeiro Reinado, Museu de Arte Contemporânea de Niterói (MAC) e o Museu Antônio Parreira.

<sup>5</sup> Bibliotecas públicas; Estádios ou ginásios; Clubes e associações recreativas; videolocadoras; Lojas de discos, CDs, fitas; Bandas de música; Livrarias, Rádio FM; Provedor de Internet; Rádio AM; Unidades de ensino superior; Teatros; Museus; Cinemas; Geradora de TV; *Shopping center* e Orquestra.

As bibliotecas são os equipamentos com a maior presença municipal (79%). Menos da metade dos municípios brasileiros dispõem de livrarias (43%). Isto evidencia que a disponibilização de livros por meio das bibliotecas é mais extensa do que pela rede privada de livrarias. Os teatros estão presentes em 19%, os museus em 17% e os cinemas em apenas 8% dos municípios. Considerando estes equipamentos, a MUNIC (2001) aponta as seguintes características de distribuição: (i) bibliotecas públicas são os aparelhos mais disseminados e (ii) teatros, museus e cinemas são, contudo, pouco presentes na maioria dos municípios.

Os dados sobre a distribuição dos equipamentos, segundo o tamanho do município, revelam que, quanto menor o município, menor também a existência de equipamentos culturais. Outro dado importante é o que mostra o número médio de equipamentos existentes nos municípios de cada Unidade da Federação (a média situa-se em 6, considerando os 17 equipamentos investigados pela pesquisa). Os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro (maior média: 9 a 17), São Paulo e Mato Grosso do Sul formam um eixo, que somado ao Distrito federal correspondem à mais significativa presença de equipamentos culturais. Os estados da Região Sul, Ceará e Pernambuco apresentam uma média superior a seis equipamentos por município (7 a 8). As maiores carências são notadas nos estados de Tocantins, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão (média: 3 a 4). Segundo a pesquisa, a distribuição de equipamentos culturais segue a tradicional diferenciação socioeconômica dos estados brasileiros.

Além das desigualdades regionais em relação à distribuição de equipamentos culturais, nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são “*verdadeiros desertos de equipamentos culturais*”. Ainda que a média seja elevada, estes se encontram concentrados em centros culturais de difícil acesso físico e simbólico aos setores populares (Brenner, Dayrell e Carrano, 2005, p.179).

### 1.3

#### A distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro

A pluralidade das culturas urbanas, a sua variação nos cenários de interação social e a emergência de novos padrões de gosto têm se constituído em objetos de estudo da sociologia da cultura.

Os recentes trabalhos de Ortiz (2000), Garcia Canclini (2000) e Sarlo (2000) sinalizam uma alteração nos padrões de consumo cultural devido ao impacto da mundialização da cultura. Garcia Canclini ressalta a diminuição de frequência a espaços públicos relacionados à oferta cultural clássica, em consequência das características de complexificação da vida urbana – disponibilidade de tempo, dificuldades nos deslocamentos e medo da violência urbana. Da mesma forma Ortiz argumenta que tanto a tradição como as artes não se configuram mais como padrões de legitimidade no novo contexto mundial globalizado.

Já não são os valores ‘clássicos’ que organizam a vida cultural, mas, o que alguns autores chamam de ‘cultura das saídas’. A arte de viver não toma mais como referência a ‘alta cultura’, mas os tipos de ‘saídas’ realizadas pelos indivíduos. A oposição ‘cultura erudita’ versus ‘cultura popular’ é substituída por outra: ‘os que saem muito’ versus ‘os que permanecem em casa’. (...) A mobilidade, característica da vida moderna, torna-se sinal de distinção (Ibid., p.211).

Mais especificamente, os estudos sociológicos que fazem análises sistemáticas das políticas culturais e das tendências gerais das práticas culturais dos indivíduos, bem como os preocupados com os usos e vivências da cultura nos espaços-tempos cotidianos, via de regra, apresentam uma tipologia ou classificação das práticas culturais<sup>6</sup>.

De modo geral, esta tipologia distingue, inicialmente, dois grandes grupos: práticas culturais e práticas de lazer e entretenimento. Dentre as primeiras e consideradas como práticas de caráter clássico ou mais enobrecidas (cultura legitimada ou cultura cultivada) estão a ida a ópera/concerto de música clássica; balé/espetáculo de dança; teatro; cinema<sup>7</sup>; museu/exposição e livraria/biblioteca (leitura). No segundo grupo estão as práticas de lazer e entretenimento, também in-

<sup>6</sup> BRENNER, DAYRELL, CARRANO, 2005; UNESCO, 2004; CASTRO et al., 2001; LOPES, 2000.

<sup>7</sup> No modelo de classificação de PINTO, citado por LOPES (2000, p.196), ir ao cinema, enquanto saída cultural relativamente generalizada e abrangendo uma pluralidade de gêneros (filmes de “autor” – a chamada “indústria de conteúdos” –, megaproduções “comerciais”, entre outros), não foi classificada como prática da cultura cultivada.

identificadas como indicadores de uma “*cultura de saídas*”: sair com amigos, sair para dançar, sair para almoçar ou jantar fora, freqüentar cafés, passear em parques/praças, ir à praia, ir ao *shopping*, ir a eventos esportivos e etc., além de as atividades de dentro de casa como ver televisão, ouvir rádio, ouvir música, ler jornais/revistas em geral e ficar descansando.

Na seqüência, apresentamos de forma sintética, o retrato da distribuição dos equipamentos culturais no município do Rio de Janeiro. Apesar de ser um dos mais importantes centros culturais do país, não conseguiu ainda dar acesso à cultura de maneira equânime para seus habitantes. Museus, centros culturais, teatros, cinemas e bibliotecas estão, quase todos, no Centro, Zona Sul, Tijuca e Barra. A distribuição desigual destes equipamentos coincide com o distanciamento socio-cultural existente entre moradores da Zona Sul e os das Zonas Norte e Oeste. Para quem mora em Bangu (bairro da zona oeste), por exemplo, o caminho a percorrer para se ter acesso aos livros, às exposições e aos filmes fora do circuito norte-americano é longo e caro. A tabela 1, abaixo, mostra o quantitativo de alguns equipamentos culturais instalados.

**Tabela 1: Quantidade de museus, centros culturais, teatros, cinemas e bibliotecas na cidade do Rio de Janeiro, por área**

	Museus	Centros Culturais	Teatros	Cinemas	Bibliotecas
Centro, Zona Sul e Tijuca	59	57	92	55	64
Leopoldina, Madureira, Méier e Ilha	8	4	9	22	10
Jacarepaguá e Cidade de Deus	0	1	0	0	1
Barra da Tijuca	1	0	4	37	0
Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Guaratiba	0	5	2	4	4

Fonte: Levantamento de Coelho com base em dados do Instituto Pereira Passos/2003

Chama a atenção a ausência de museus nos bairros da Zona Oeste (Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e Guaratiba), bem como em Jacarepaguá e Cidade de Deus (Centro, Zona Sul e Tijuca têm 59 museus, enquanto os outros bairros somam apenas 9). Cabe mencionar que além dos cinco centros culturais existentes nestes bairros, as lonas culturais *Hermeto Pascoal* (Bangu), *Elza Osborne* (Campo Grande), *Terra* (Guadalupe) e *Gilberto Gil* (Realengo) têm minimizado um pouco os gastos com deslocamento. A carência de bibliotecas é outro marco destes bairros (Centro, Zona Sul e Tijuca têm 64 bibliotecas, enquanto o restante soma ape-

nas 15). A distribuição de teatros e cinemas também é bastante desigual. Centro, Zona Sul, Tijuca e Barra concentram 96 e 92 salas, respectivamente.

Quando o que está em foco é a oferta de expressões culturais, a insuficiência e a concentração não equânime do equipamento cultural afetam, em especial, a população de renda mais baixa. Mesmo que instituições ligadas ou não a órgãos governamentais promovam atividades culturais clássicas por um valor simbólico, como é o caso da série *Domingo no Municipal* que desde março de 2004 recebe milhares de pessoas para ouvir música erudita ou assistir um balé, em seu prédio histórico, no Centro do Rio<sup>8</sup>, este tipo de espetáculo não é facilmente freqüentado, por muitas pessoas dos setores menos favorecidos do ponto de vista socioeconômico e cultural. A distância de seus locais de moradia impõe um custo de transporte que é, entre outros, um grande obstáculo, quando se considera a relação existente entre classe e cultura.

Essa relação se torna mais complexa, quando o foco é direcionado para expressões culturais, entendidas no espaço social como algo pertencente às elites e legitimadas por uma socialização familiar e escolar que “*distingue*”, simbólica e materialmente, determinados grupos, não só pela posse de capital cultural (entre outros), mas pela constituição de *habitus* distintos (Bourdieu, 1979). Por exemplo, freqüentar teatros, centros culturais, museus, galerias de arte, salas de música, bibliotecas seriam práticas que não fariam parte do horizonte e socialização culturais dos setores menos favorecidos.

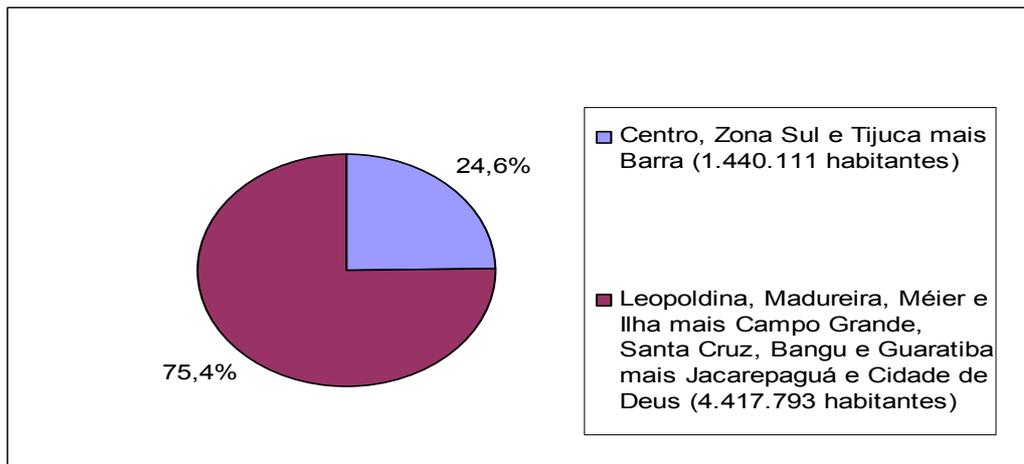
Observando a figura 1 e os gráficos 2 e 3, nas páginas seguintes, podemos constatar o retrato de exclusão e concentração da cultura no município do Rio de Janeiro (mapa do Instituto Pereira Passos; levantamento de Coelho/2003). Os gráficos mostram a população das áreas comparadas e a quantidade de equipamentos instalados, respectivamente. Ambos complementam e ajudam a leitura do mapa.

---

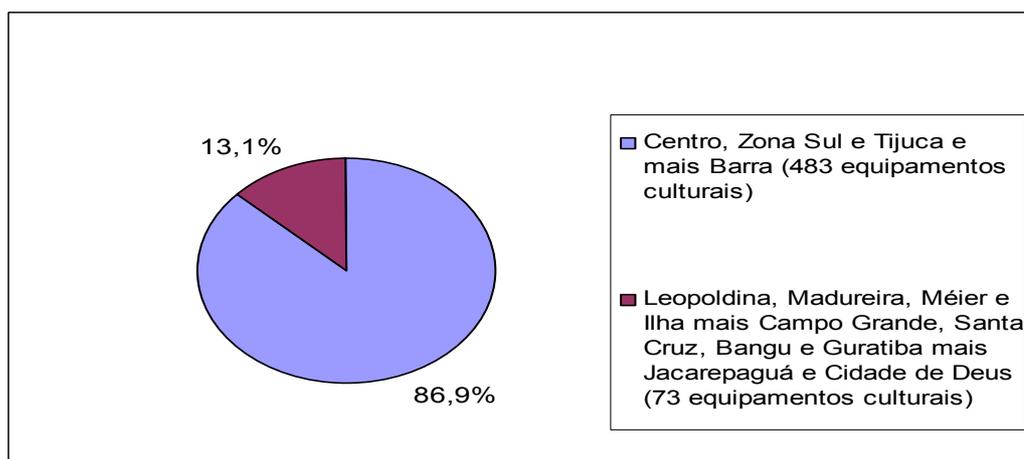
<sup>8</sup> Matéria de Caroline Menezes, intitulada “*Domingo na Platéia*” (Revista de Domingo – JB, outubro de 2004, p.12).

**Figura 1: Mapa da exclusão cultural no município do Rio de Janeiro**



**Gráfico 2: População das áreas comparadas**

Fonte: Levantamento de Coelho com base em dados do Instituto Pereira Passos/2003

**Gráfico 3: Quantidade de equipamentos instalados**

Fonte: Levantamento de Coelho com base em dados do Instituto Pereira Passos/2003

Nesses gráficos fica evidenciado que nos bairros nos quais residem 75,4% da população do Rio de Janeiro (área escura do mapa), existem apenas 73 equipamentos culturais (museus, centros culturais, teatros, cinemas e bibliotecas). Já o Centro, Zona Sul, Tijuca e Barra onde moram 24,6 % dos cariocas (área clara do mapa), dispõem de 483 destes aparelhos culturais.

## 1.4 Os jovens e o acesso à cultura

Como caracterizar e/ou precisar o que é juventude? É comum, nos inúmeros estudos que tratam da juventude, a defesa da idéia de que a heterogeneidade de situações que vivenciam os jovens no Brasil de hoje é tão grande, que é difícil pensá-los como uma categoria única. Além da faixa etária, são poucas as semelhanças tanto na vivência cotidiana como nos projetos de vida.

Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), no Brasil, vem investindo de forma sistemática em pesquisas e aportes técnicos que possam abarcar a totalidade da temática “juventudes” – entendida em seu plural, de modo a ilustrar a multiplicidade de enfoques e identidades que compreendem esta etapa da vida.

Nos estudos sobre juventudes na América Latina, tradicionalmente, os focos predominantes tiveram como eixo considerações demográficas, biológicas e psicológicas. No entanto, nas últimas duas décadas, os enfoques sociológicos e políticos vêm sendo adotados, bem como outras contribuições provenientes de perspectivas culturais e antropológicas.

Do ponto de vista demográfico, os jovens são, principalmente, um grupo populacional que corresponde a uma determinada faixa etária. De acordo com a maioria dos organismos internacionais, considera-se como jovem a faixa de 15 a 24 anos. Em estratos sociais médios e altos urbanizados o limite se amplia para cima para incluir o grupo de 25 a 29 anos. Segundo diversas circunstâncias particulares, identifica-se, como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis que não podem ser tratados com começo e fim rígidos (UNESCO, 2004).

A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude tem sido identificada como uma fase etária intermediária, de transição da adolescência para a vida adulta. Pochmann (2004, p.219) argumenta que não cabe mais a identificação da condição juvenil tão somente pelo critério etário. Segundo este autor nas análises realizadas sobressaem dois enfoques. O “*biopsicológico que busca retratar os saberes de ‘ser jovem’ que emerge sobretudo da incerteza e da instabilidade presente na transição da fase da adolescência para a adulta*” e o “*sociocultural que procura considerar a natureza das formas de ‘ser jovem’ em um ambiente marcado por um vocabulário próprio, acompanhado de gostos específicos no vestir,*

*relacionamento em grupo, namoro, dança e música*”. Portanto, o componente etário que marca a juventude está condicionado a situações biopsicológicas e socioculturais temporárias e provisórias.

Um outro aspecto que é considerado como relevante é a perda da nítida definição de características que identificam o que é ser um adulto, inclusive em termos de hábitos, uma vez que socialmente há uma tendência à “*juvenilização*” dos adultos, notadamente quanto à aparência e costumes. O entendimento de Kehl (2004, p.89-90) vem ao encontro desta questão.

(...) Quem não se considera jovem hoje em dia? O conceito de juventude é bem elástico: dos 18 aos 40, todos os adultos são jovens. A juventude é um estado de espírito, é um jeito de corpo, é um sinal de saúde e disposição, é um perfil do consumidor, uma fatia do mercado onde todos querem se incluir. (...) Passamos de uma longa, longuíssima juventude, direto para a velhice, deixando vazio o lugar que deveria ser ocupado pelo adulto.

Como a juventude tem significados distintos e é vivida de maneira heterogênea, segundo contextos e circunstâncias, a sociologia e a ciência política têm insistido na necessidade de que distintas dimensões de análise sejam incorporadas.

De acordo com dados do IBGE, no Brasil, em 2002, 34,1 milhões de pessoas se concentravam na faixa etária entre 15 e 24 anos, o que equivalia a cerca de 20% da população do país. De acordo com a UNESCO (2004), este contingente, por si só justifica, a necessidade de políticas específicas.

No entanto, Castro (2004) sublinha que as discussões para a elaboração dessas políticas devem ultrapassar a lógica que considera as políticas públicas como um elenco de programas. Em suas palavras:

(...) existem no Brasil programas isolados, políticas setoriais de ação local no âmbito do Estado, mas que não contemplam a diversidade dos beneficiários em termos de geração e não possuem orientação universalista. (...) O desafio é refletir sobre políticas públicas de, para e com juventudes, levando em conta uma série de compiladores que envolvem esta temática e a diversidade de direitos humanos dos jovens – sociais, civis, políticos e culturais (Ibid., p.292-93).

Inúmeros estudos sobre juventude<sup>9</sup>, tanto por abordagem quantitativa como por análise em profundidade, desenvolvidos pela UNESCO, em cidades como Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro, assinalam que

<sup>9</sup> Minayo et al., 1999; Abromovay et al, 2001; Castro et al., 2001, entre outros.

um achado comum sobre o cotidiano de jovens que vivem em bairros de setores populares é o caráter rotineiro de suas vidas, inclusive quanto às atividades de lazer, quer por carências quanto a equipamentos em suas comunidades, quer por dificuldades de acesso aos equipamentos concentrados em bairros de classe média e alta, inclusive por não terem meios econômicos que lhes garantam o uso de bens culturais urbanos (Castro et al., 2001, p.20).

Os pertencentes a esses setores são os “*excluídos da cultura*”, é o que revela a pesquisa *O Perfil da Juventude Brasileira*<sup>10</sup>. É importante apresentar seus resultados relativos às práticas culturais classificadas como expressões da cultura cultivada: ida a concerto de música clássica, balé/espetáculo de dança, museu, teatro, cinema e biblioteca fora da escola<sup>11</sup>.

A análise dos dados associados aos temas do lazer, cultura e sociabilidade, elaborada por Brenner, Dayrell e Carrano (op. cit., p.199-200), indica que 61% dos entrevistados foram ao cinema. Os jovens habitantes de cidades de pequeno porte do interior (32%) foram menos aos cinemas do que aqueles que moram em cidades grandes do interior (64%), e bem menos que nas regiões metropolitanas (82%). Isto indica a escassez de salas de projeção nas pequenas cidades, confirmando os dados da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais*.

Em relação ao teatro, a situação é pior: nada menos do que 62% dos jovens brasileiros nunca assistiram a uma peça; entre os jovens do campo este índice chega a 83%. Dos 38% que já freqüentaram o teatro pelo menos uma vez na vida, 70% têm ensino superior e 65% recebem mais de dez salários mínimos, ou seja, mais anos de escolaridade e renda implica maior possibilidade de acesso. Há também desequilíbrio regional. Dos jovens que já freqüentaram este equipamento cultural, 48% estão na região Sul, mesmo índice da região Sudeste, 36% na região Centro-Oeste, 25% na região Nordeste e 22% na região Norte.

Chamam a atenção, os 69% que nunca visitaram um museu e, mais ainda, os 94% e os 92% que nunca assistiram a um espetáculo de balé e nunca foram a um concerto de música clássica, respectivamente. A pesquisa confirma a baixa aces-

---

<sup>10</sup> Uma iniciativa do Projeto Juventude/Instituto Cidadania, com a parceria do Instituto de Hospitalidade e do Sebrae. Foi realizada sob a responsabilidade técnica da Criterium Assessoria em Pesquisas, retomando e ampliando temas e questões investigados em outubro de 1999 pela Fundação Perseu Abramo. Entre novembro e dezembro de 2003, foram entrevistados 3.501 jovens de 15 a 24 anos, de ambos os sexos e de todos os segmentos sociais, em 198 municípios, estratificados por localização geográfica (capital e interior, áreas urbanas e rurais) e em tercís de porte (pequenos, médios e grandes), contemplando 25 estados do país, mais o Distrito Federal (Abramo e Branco, 2005).

sibilidade dos jovens brasileiros a eventos da cultura clássica, ratificando que, além da desigualdade material, há uma desigualdade no acesso a bens simbólicos.

Em relação à frequência a bibliotecas fora da escola, os achados também são coerentes com a informação da MUNIC (IBGE, 2001) de que as bibliotecas são o bem cultural mais disseminado no país: 48% dos jovens afirmaram ter frequentado pelo menos uma vez este tipo de equipamento. Não se tem informação sobre a quantidade de tempo que os jovens dedicam às bibliotecas com finalidades de fruição no lazer como hábito cultural, e não apenas como estudo para trabalhos acadêmicos.

## 1.5

### Objetivos, questões de pesquisa e hipóteses de trabalho

Nas seções anteriores, fizemos referências: (i) aos desafios que os museus vêm enfrentando para definir mais claramente seu papel social e pensar estratégias que promovam o acesso de camadas mais amplas da sociedade; (ii) aos dados levantados pela pesquisa *Informações Básicas Municipais*, indicando, entre outros resultados, que quanto menor o município, menor também a existência de equipamentos culturais; e (iii) à concentração dos equipamentos de expressão da cultura cultivada nas áreas menos populosas e mais providas de capital cultural, no município do Rio de Janeiro.

Além disso, mencionamos as investigações sobre a dinâmica da ocupação do tempo livre pelos jovens que mostram como a diversidade da cultura brasileira e as bases econômicas sociais desiguais incidem sobre as possibilidades de acesso e experimentação dos modos da cultura.

Foi norteador por essas questões que organizamos nossa pesquisa. O fato de conhecermos mais a fundo os resultados dos estudos desenvolvidos nos museus ou instituições culturais afins sobre a aprendizagem, a natureza da experiência museal, os impactos da visita, a relação entre educação formal e não formal e as interações sociais promovidas em seu interior, nos levou a perguntar: estes espa-

---

<sup>11</sup> Cabe mencionar que a pesquisa *O perfil da juventude brasileira* quantificou o acesso a outras atividades culturais. Circo, *show* de música brasileira, *show* de rock, *pop*, *funk*, *hip-hop* etc., exposição de fotografia, jogo de futebol em estádio, outro evento pago, debate público ou conferência.

ços que são expressões da cultura cultivada estão presentes na experiência cultural dos jovens? Quais são as condições socioculturais que promovem o acesso às instituições museológicas?

A peculiaridade da contribuição desta pesquisa de doutorado está relacionada à investigação do impacto de algumas características associadas aos jovens e a seu entorno, tanto familiar como escolar, nas chances de acesso a museus ou instituições culturais afins. Mais especificamente a intenção é explorar o potencial explicativo dos capitais econômico, social e cultural no aumento ou diminuição destas chances, examinando seus efeitos e sua mobilização nos contextos familiar e escolar. Na seqüência, questões e hipóteses de trabalho estão destacadas.

■ *Questões de pesquisa*

- ✓ Quais são as chances de acesso dos jovens a museus ou instituições culturais afins?
- ✓ Quais são as características familiares e escolares que estão associadas ao aumento ou à diminuição dessas chances?

■ *Hipóteses de trabalho*

- ✓ As possibilidades dos jovens de terem acesso a museus ou instituições culturais afins estão relacionadas com os capitais social e cultural com que eles podem contar.
- ✓ Do ponto de vista familiar, o capital social mobilizado para dar apoio aos jovens depende não apenas de seu nível socioeconômico, mas da estrutura familiar e do volume de seu capital cultural.
- ✓ O capital social com o qual os jovens podem contar para interagirem com as instituições museológicas inclui ainda ações de professores e escolas.
- ✓ Do ponto de vista escolar, a possibilidade de professores e escolas contribuírem para o estoque de capitais social e cultural que viabiliza o acesso dos jovens a museus ou instituições culturais afins são mediadas por aspectos das políticas culturais e educacionais que contribuem para aproximar ou afastar as escolas e seus estudantes dos equipamentos culturais.

Para investigar as questões apresentadas acima, nossa opção foi por trabalhar com questionários estruturados capazes de captar a promoção do acesso e o apoio social baseado nos contextos familiar e escolar. Como uma das hipóteses de traba-

lho menciona que os capitais social e cultural com os quais os jovens podem contar para ter acesso a museus envolvem ações de professores e escolas, foi necessária a elaboração de um instrumento contextual para os profissionais envolvidos com a organização de visita a estes locais. Além deste instrumento, foi também elaborado um pequeno questionário para o diretor ou representante da unidade escolar.

Pelo fato de esta pesquisa envolver a construção de questionários contextuais estruturados e sintonizados com um quadro de referência conceitual, também faz parte de seus objetivos a validação destes instrumentos. Nossa perspectiva é que este estudo possa trazer elementos que valorizem os processos de validação e que os instrumentos validados possam ser usados em pesquisas de levantamento educacionais.

No próximo capítulo buscamos articular as questões e hipóteses levantadas com a base teórica, a qual resultou de uma revisão de literatura, sucinta, mas essencial para esta pesquisa. Não é uma revisão abrangente da literatura relevante, mas um esforço que busca caracterizar a relação com autores e idéias particularmente importantes para o desenvolvimento deste estudo. Os conceitos de capital econômico, social e cultural ocupam lugar de destaque.